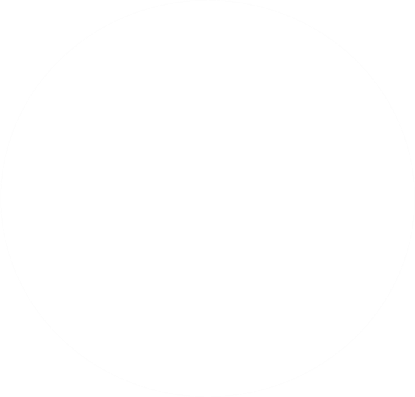
[](https://www.capivaridebaixo.sc.gov.br/)

**ATA Nº 028 DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PARCERIAS VIA MROSC**

**OBJETO:** Deliberação em razão da apresentação do Projeto A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COMO AGENTE POTENCIALIZADORA NA GARANTIA DE DIREITOS, de iniciativa da APAE, com recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência.

**DATA, HORÁRIO E LOCAL:** 21/12/2023, 12h – sala Setor de Convênios – Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo, Localizada à Rua Ernani Cotrin, 187 – Bairro Centro – Município de Capivari de Baixo-SC.

**PRESENÇA:** LuLuana de Andrade, Patrícia de Oliveira Benhardt e Régia Adriana Pedro Aguiar (Decreto Municipal nº 1.794/2023 e nº 1.480/2022).

A Comissão de Seleção recebeu o **PROJETO A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COMO AGENTE POTENCIALIZADORA NA GARANTIA DE DIREITOS**, de iniciativa da APAE bem como as documentações exigidas.

Após análise do referido projeto, restou constatado que:

1. A APAE possui registro ativo no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), conforme Resolução n. 358/2022 e Parecer n. 012/2022.
2. O projeto AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA foi aprovado pela Resolução n. 476/2023 do CMDCA (Atas n. 98 e 100) proveniente do Chamamento Público realizado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (Edital 003/CMDCA/2023 - Edital recursos já existentes FIA), que pode ser acessado em: <https://capivaridebaixo.sc.gov.br/uploads/sites/290/2023/07/2568098_Edital_003CMDCA2023___Edital_recursos_ja_existentes_FIA.pdf>. Destarte, todos os requisitos do Art. 24 da Lei 13.019/2014 foram observados, bem como fora publicado no site oficial do Município com antecedência mínima de 30 dias.
3. De acordo com a Ata n. 98, linha 7 e Ata n. 100, linha 7, a Conselheira Rosilene, representante da APAE, não estava presente no momento em que se procedia a verificação deste projeto.
4. O Plano de Trabalho apresentado pela entidade está em conformidade com o Art. 22 da Lei 13.019/2014, vez que apresenta descrição da realidade, objeto, descrição de metas, previsão de receitas, forma de execução e definição de parâmetros para aferição do cumprimento das metas.
5. A Organização apresentou todas as documentações exigidas pela legislação vigente, em especial as elencadas pelo Art. 34 da Lei 13.019/2014, conforme verificado no Anexo I desta Ata.

Diante dos fatos demonstrados, a Comissão de Seleção e Julgamento decide pela aceitação do Projeto Avaliação Diagnóstica e pela sequência do procedimento de celebração de parceria, repassando à autoridade competente a indicação para publicação do Termo de Fomento, conforme previsto na Lei nº 13.019/14, bem como do Decreto Municipal nº 1.478/2022.

Não havendo mais nada a ser resolvido a reunião foi finalizada às 12h45.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Luana de Andrade | Patrícia deOliveira Benhardt | Régia Adriana Pedro Aguiar |
| Presidente | Secretária | Membro |